

COOPERATIVA
AGROPECUÁRIA DO VALE
DO PARACATU LTDA.

 @coopervap

**RELATÓRIO
ANUAL**

2021



COOPERVAP
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA
DO VALE DO PARACATU LTDA.



COOPERVAP

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA
DO VALE DO PARACATU LTDA.



NOSSO PROPÓSITO:

"Assegurar a continuidade sustentável dos negócios da Coopervap em benefício dos cooperados, dos colaboradores e da sociedade em geral."

NOSSA MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável da Coopervap, gerando e comercializando produtos e serviços inovadores e de maior valor agregado.

NOSSOS VALORES

- Ética em todas as relações estabelecidas;
- Proatividade na gestão e na prestação de contas;
- Fortalecimento das relações e da competitividade dos cooperados;
- Parcerias para impulsionar o desenvolvimento local e regional;
- Compromisso social e ambiental como referencial de seus negócios;
- Profissionalização e valorização das lideranças, gestores e equipes;
- Cooperação e integração com todos os públicos de interesse.

NOSSA VISÃO

Ser reconhecida por seus cooperados, colaboradores, consumidores e sociedade em geral pela eficiência de sua gestão e pela qualidade de seus produtos e serviços.

NOSSO NEGÓCIO

Soluções inovadoras que fomentam a cadeia produtiva e comercial da Coopervap, gerando riqueza com sustentabilidade.

NOSSO FOCO ESTRATÉGICO

Elevar a produtividade da Coopervap, com eficiência gerencial e operacional em todas as unidades de negócio

www.coopervap.com.br

 **[/coopervap](https://www.facebook.com/coopervap)**

 **[@coopervap](https://www.instagram.com/coopervap)**

 **[/coopervap](https://www.youtube.com/coopervap)**

 **secretaria@coopervap.com.br**

 **(38) 3679-8900**

REGISTRO DE CONSTITUIÇÕES E AUTORIZAÇÃO

Data da Constituição: **20/07/1963**

Registro na JUCEMG: **314.000.1262-1**

CNPJ: **23.153.943/0001-50**

Registro na OCEMG:

015 de 07/04/1972

Diretoria

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Valdir Rodrigues de Oliveira

Vice-Presidente

Altino José Severino Silva

CONSELHEIROS VOGAIS

Ícaro Brochado Botelho
Evandro José Caixeta
Lionel Oliveira dos Santos
Silvio de Sá Guimarães Júnior
Idelfonso Ferreira Neto

SUPLENTE DE VOGAIS

Adilson Roquete Franco

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares

Antônio Eustáquio de Almeida
Paulo Ribeiro de M. Filho
Rômulo César Pinto Rabelo

Membros Suplentes

Evandro F. de Andrade
Evaldo José R. da Silva
Salvio Sérgio Jordão

Unidades

RAZÃO SOCIAL: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE DO PARACATU LTDA

01 – MATRIZ – SUPERMERCADO

RUA BENEDITO LABOISSIERE, 160 – CENTRO – PARACATU – MG CEP: 38.600-190

CNPJ-MF: 23.153.943/0001-50 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0075
e-mail: compras@coopervap.com.br - cadastro@coopervap.com.br

05 – AGRO-VETERINÁRIA

RUA BENEDITO LABOISSIERE, 172 – CENTRO – PARACATU – MG CEP: 38.600-190

CNPJ-MF: 23.153.943/0005-83 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-1632
e-mail: veterinaria@coopervap.com.br - coopervapagrovet@coopervap.com.br

07 – UAC – UNIDADE ARMAZENADORA CENTRAL

RUA LITORÂNEA, 601 - VILA ALVORADA – PARACATU-MG – CEP: 38.606.444

CNPJ-MF: 23.153.943/0007-45 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0563
e-mail: uacalmox@coopervap.com.br

08 – POSTO DE COMBUSTÍVEL

RUA SILVINO REIS, 160 – CENTRO – PARACATU-MG CEP: 38.600-194

CNPJ-MF: 23.153.943/0008-26 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0644
e-mail: posto@coopervap.com.br

09 – USINA

RUA ALÍRIO ROCHA, 700 – VILA ALVORADA – PARACATU-MG Registro IMA: 2936

CNPJ-MF: 23.153.943/0009-07 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0725
CEP: 38.606-454 - e-mail: usinaalmox@coopervap.com.br

10 – PARQUE DE EXPOSIÇÃO (Inativo) (CNPJ 01)

RUA ALÍRIO ROCHA, 450 – VILA ALVORADA – PARACATU-MG

CNPJ-MF: 23.153.943/0010-40 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO
CEP: 38.606-454

11 – UAER – UNIDADE ARMAZENADORA ENTRE RIBEIROS

PROJETO DE COLONIZAÇÃO ENTRE RIBEIROS – PARACATU-MG CEP: 38.600-001

CNPJ-MF: 23.153.943/0011-21 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0806
e-mail: uacalmox@coopervap.com.br

12 – FILIAL DE BRASÍLIA

QI 416 CONJUNTO 02 LOTE 10 CEP: 72.320-300 - SAMAMBAIA – BRASÍLIA-DF

CNPJ-MF: 23.153.943/0012-02 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 07.313.701.0233
e-mail: brasil@coopervap.com.br

15 – INSUMOS AGROPECUÁRIOS

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO C – VILA ALVORADA – PARACATU-MG – CEP: 38.606-444

CNPJ-MF: 23.153.943/0015-55 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-1225
e-mail: uacalmox@coopervap.com.br

18 – FÁBRICA DE RAÇÕES

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO A – VILA ALVORADA – PARACATU-MG – CEP: 38.606-444

CNPJ-MF: 23.153.943/0018-06 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-1551
e-mail: uacalmox@coopervap.com.br

20 – DROGARIA COOPERVAP

RUA BENEDITO LABOISSIERE, 170 – CENTRO – PARACATU-MG CEP: 38.600-190

CNPJ-MF: 23.153.943/0020-12 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.1713
e-mail: cadastro@coopervap.com.br

21 – CRIAÇÃO DE BOVINOS P/LEITE – ABERTURA: 02/03/2009 (30411)

RODOVIA BR 040 PTU/BH KM 45 A DIREITA + 2 KM – ZONA RURAL – PARACATU-MG CNPJ-MF: 23.153.943/0021-01 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-2540

23 – POSTO 040

RODOVIA BR 040, KM 44,7 – PARACATU – MG

CNPJ-MF: 23.153.943/0023-65 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.2477
e-mail: posto040@coopervap.com.br

25 – REVENDA DE RAÇÕES - VAZAMOR – VAZANTE

RUA: COROMANDEL, 1020 – A - CEP 38.780-000

CNPJ: 23.153.943/0025-27 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.1977

26 – BENEFICIAMENTO DE GRÃOS E TORREFAÇÃO DE CAFÉ

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO F – VILA ALVORADA – CEP: 38.606-444

CNPJ: 23.153.943/0026-08 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.2132

27 – COMERCIAL AGRÍCOLA

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO G – VILA ALVORADA – PARACATU – MG - CEP: 38.606-444 CNPJ-MF: 23.153.943/0027-99 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.2213

e-mail: agricola@coopervap.com.br

28 – VETERINÁRIA GUARDA-MOR

RUA ENGENHEIRO ROBERTO, 219-A - CENTRO - GUARDA-MOR-MG - CEP: 38.570.000

CNPJ-MF: 23.153.943/0028-70 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.2396
e-mail: guardamor@coopervap.com.br

30 - CD - CENTRO DE DISTRIBUICAO

RUA ALÍRIO ROCHA, 702 – VILA ALVORADA – PARACATU-MG

CNPJ-MF: 23.153.943/0030-94 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.2620
CEP: 38.606-454

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados associados,

A Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. apresenta os resultados do exercício de 2022. Agradecemos aos nossos associados, todos da diretoria, colaboradores e comunidade pela fidelidade e constante aprendizado.

A Coopervap, acompanhada da sua sólida marca, Produtos Paracatu, se transformou em uma das maiores cadeias produtivas do Noroeste Mineiro. Viabiliza milhares de famílias e empresas no processo de produção e prestação serviços, gerando emprego e renda em Paracatu e região com seus 2.760 associados, 620 colaboradores e aproximadamente 200 prestadores de serviços.

Nos últimos anos, o mundo passou por grandes mudanças e acontecimentos. Nestes 59 anos de história, a luta contra a Covid-19 foi um dos maiores desafios já enfrentados pela cooperativa. Considerando todas as precauções sugeridas pelas instituições científicas e governamentais, a Coopervap manteve empregos com o objetivo de impulsionar seu crescimento com responsabilidade, empatia e sustentabilidade.

O cooperativismo, princípio que une esforços para o desenvolvimento econômico e social, também se transformou nesse período. A Coopervap se reinventou e as mudanças nas relações interpessoais não foram fatores de dificuldade, mas sim de superação. Praticamos a intercooperação entre várias cooperativas de laticínios, grãos e créditos, que é fundamental para o incremento das relações comerciais, que mais uma vez cresceu em proporções superiores se comparadas aos anos anteriores.

A diretoria tem orgulho em afirmar que os resultados financeiros são bastante satisfatórios, pois, novamente, superamos as nossas metas. O trabalho em equipe, gestão profissional, dedicação e transparência foram essenciais para esse desenvolvimento. O novo sistema de informática implantado recentemente trouxe segurança em todos os sentidos, a inauguração da nova Loja Agro Veterinária é um marco importante na logística para o atendimento e satisfação dos associados, a construção da nova Fábrica de Rações está bastante avançada e em breve produzirá três vezes mais que a atual capacidade e potencializar a economia financeira, além disso, a capacidade de armazenagem da Unidade de Armazenamento do Entre Ribeiros será aumentada. Foram realizados diversos investimentos em todas as áreas da empresa, mantemos o equilíbrio do preço pago pelo leite dos associados como um dos melhores da região, além do pagamento por fidelidade.

A Coopervap é sólida, forte pela união de seus cooperantes, colaboradores e diretores, comprometidos com o crescimento do cooperativismo brasileiro. Transparência e trabalho são nossa marca. Nosso muito obrigado!

Coopervap, a força do cooperativismo.

VALDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

ALTINO JOSÉ SEVERINO SILVA
Vice-Presidente

RELATÓRIO ANUAL 2021

SUMÁRIO

Demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Ativo	6
Passivo	6

Demonstrações do resultado	7
----------------------------------	---

Demonstrações do resultado abrangente.....	8
--	---

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
---	---

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
---	----

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	12
--	----

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	49
---	----

Parecer do Conselho Fiscal	52
----------------------------------	----

Projeções para 2022	53
---------------------------	----

RELATÓRIO
ANUAL

2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – COOPERVAP
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>		<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	28.132.303	30.544.367	Empréstimos e financiamentos	12	96.062.704	55.252.381
Contas a receber	6	78.449.489	56.515.091	Fornecedores	13	22.444.585	11.233.434
Estoques	7	84.804.507	31.494.910	Obrigações com cooperados	14	11.864.065	15.049.898
Impostos e contribuições a recuperar	8	15.393.707	7.297.831	Salários, férias e obrigações sociais	15	4.878.110	4.349.269
Outros ativos	9	11.671.229	5.782.663	Obrigações tributárias	16	5.450.938	3.358.115
Despesas antecipadas		144.815	177.254	Outros passivos	17	15.124.184	2.448.051
Total do ativo circulante		<u>218.596.050</u>	<u>131.812.116</u>	Total do passivo circulante		<u>155.824.586</u>	<u>91.691.148</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	6	1.170.143	4.581.894	Empréstimos e financiamentos	12	15.443.451	7.871.155
Outros ativos	9	722.852	204.193	Obrigações tributárias	16	8.537.893	9.366.176
Bens destinados a venda		14.794	14.794	Capital a restituir		1.116.338	1.437.616
Investimentos	10	18.236.032	26.786.664	Imposto de renda contribuição social diferidos	18	1.786.661	1.704.332
Imobilizado	11	81.289.621	79.935.377	Provisão para contingências	19	843.060	-
Intangível		2.651.346	1.662.161	Total do passivo não circulante		<u>27.727.403</u>	<u>20.379.279</u>
Total do não circulante		<u>104.084.788</u>	<u>113.185.083</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social		23.262.407	19.860.004
				Ajuste de avaliação patrimonial – AAP		27.407.148	29.067.575
				Reserva de equalização		1.511.657	1.511.657
				Reserva legal		40.783.633	37.267.570
				Fundo de desenvolvimento tecnológico		24.864.338	24.374.474
				Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		20.564.870	17.941.759
				Sobras à disposição da Assembleia		734.796	2.903.733
				Total do patrimônio líquido	21	<u>139.128.849</u>	<u>132.926.772</u>
Total do ativo		<u>322.680.838</u>	<u>244.997.199</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>322.680.838</u>	<u>244.997.199</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Nota	2021	2020
Ingresso/ receita operacional líquido	22	549.291.803	451.394.211
Dispêndios/ custos com produtos, mercadorias e serviços vendidos		(484.287.536)	(379.432.665)
Sobra/ lucro bruto		65.004.267	71.961.546
(Dispêndios/despesas) ingressos/ receitas operacionais			
Dispêndios/ despesas com pessoal	23	(23.448.805)	(19.445.236)
Dispêndios/ despesas administrativas e gerais	24	(18.380.321)	(17.769.641)
Dispêndios/ despesas comerciais	25	(13.419.558)	(17.855.445)
Dispêndios/ despesas tributárias	26	(2.069.881)	(3.389.230)
Outros ingressos/ dispêndios/ receitas/ despesas operacionais, líquidos	27	4.162.180	15.929.202
		(53.156.385)	(42.530.350)
Sobra/ lucro antes do resultado financeiro		11.847.882	29.431.196
Resultado financeiro			
Ingressos/ receitas financeiras		1.291.056	2.246.255
Dispêndios/ despesas financeiras		(6.795.610)	(11.480.135)
	28	(5.504.554)	(9.233.880)
Sobra/ lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.343.328	20.197.316
Imposto de renda e contribuição social – diferidos		96.580	345.637
Imposto de renda e contribuição social – correntes	29	(3.461.327)	(2.437.173)
Sobra/ lucro líquido do exercício		2.978.581	18.105.780
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos		1.481.520	1.565.193
Utilização da RATES		1.168.825	1.290.388
Transf. do resultado positivo de participação em outras sociedades para a reserva legal		-	(6.302.925)
Transferência do resultado das operações com terceiros p/ o RATES		(3.179.606)	(4.979.327)
Constituição de reservas estatutárias:			
Reserva legal – 25%		(612.330)	(2.419.777)
Fundo de desenvolvimento tecnológico – 20%		(489.864)	(1.935.822)
RATES – 25%		(612.330)	(2.419.777)
Sobras à disposição da Assembleia	21	734.796	2.903.733

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em reais

	2021	2020
Sobra/ lucro líquido do exercício	2.978.581	18.105.780
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	2.978.581	18.105.780

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

	Capital Social	Ajuste de avaliação Patrimonial	Reserva de Equalização	Reserva Legal	Fundo de Desenvolvimento Tecnológico	RATES	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	19.860.004	29.067.575	1.511.657	37.267.570	24.374.474	17.941.759	2.903.733	132.926.772
Destinação das sobras para o fundo conforme AGO de 27/3/2021	-	-	-	2.903.733	-	-	(2.903.733)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos	-	(1.660.427)	-	-	-	-	1.481.520	(178.907)
Transferência do saldo de juros sobre o capital para o capital social	1.264.848	-	-	-	-	-	-	1.264.848
Aumento de capital por admissões e capitalizações de retenções	2.495.043	-	-	-	-	-	-	2.495.043
Baixas de capital por saídas de cooperados	(357.488)	-	-	-	-	-	-	(357.488)
Transferência do resultado das operações com terceiros para a RATES	-	-	-	-	-	3.179.606	(3.179.606)	-
Utilização da RATES	-	-	-	-	-	(1.168.825)	1.168.825	-
Sobra/ lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.978.581	2.978.581
Constituição de reservas estatutárias:								
Reserva legal	-	-	-	612.330	-	-	(612.330)	-
Fundo de desenvolvimento tecnológico	-	-	-	-	489.864	-	(489.864)	-
Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES	-	-	-	-	-	612.330	(612.330)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	23.262.407	27.407.148	1.511.657	40.783.633	24.864.338	20.564.870	734.796	139.128.849

...continua

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

... continuação

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de equalização	Reserva legal	Fundo de desenvolvimento tecnológico	RATES	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020			1.511.657		21.174.088		1.264.564	112.705.89
Destinação das sobras para o fundo conforme AGO de 28/3/2020	-	-	-	-	1.264.564	-	(1.264.564)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos	-	(1.565.193)	-	-	-	-	1.565.193	-
Transferência do saldo de juros sobre o capital para o capital social	1.066.930	-	-	-	-	-	-	1.066.930
Aumento de capital por admissões e capitalizações de retenções	2.057.100	-	-	-	-	-	-	2.057.100
Baixas de capital por saídas de cooperados	(1.008.933)	-	-	-	-	-	-	(1.008.933)
Transferência do resultado de participação em outras sociedades para reserva	-	-	-	6.302.925	-	-	(6.302.925)	-
Transferência do resultado das operações com terceiros para a RATES	-	-	-	-	-	4.979.327	(4.979.327)	-
Utilização da RATES	-	-	-	-	-	(1.290.388)	1.290.388	-
Sobra/ lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	18.105.780
Constituição de reservas estatutárias:								
Reserva legal	-	-	-	2.419.777	-	-	(2.419.777)	-
Fundo de desenvolvimento tecnológico	-	-	-	-	1.935.822	-	(1.935.822)	-
Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES	-	-	-	-	-	2.419.777	(2.419.777)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020			1.511.657		24.374.474	17.941.759	2.903.733	132.926.77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais**

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra/lucro líquido do exercício	2.978.581	18.105.780
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(96.580)	(345.637)
Depreciações e amortizações	3.994.055	3.953.364
Valor residual das baixas do imobilizado	-	182.798
Provisões para ações judiciais	843.060	(99.074)
Perdas / (ganhos) com cooperativa investida	10.692.277	(6.233.856)
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(18.522.647)	(14.590.590)
Estoques	(53.309.597)	(2.087.966)
Impostos e contribuições a recuperar	(8.095.876)	(3.388.510)
Despesas antecipadas	32.439	202.138
Bens destinados a venda	-	79.925
Outros ativos	(6.407.225)	(1.283.143)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	11.211.151	1.557.538
Obrigações com cooperados	(3.185.833)	8.496.809
Salários, férias e obrigações sociais	528.841	529.552
Obrigações tributárias	1.264.540	2.161.991
Outros passivos	12.354.855	(896.676)
Recursos líquidos provenientes das operações	(45.717.959)	6.344.443
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento dos investimentos	(2.141.645)	(1.992.417)
Aquisições do imobilizado	(5.139.962)	(3.923.542)
Aumento do intangível	(1.197.520)	(850.283)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	(8.479.127)	(6.766.242)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Variação dos empréstimos e financiamentos	48.382.619	4.010.652
Aumento de capital por admissões de cooperados e capitalizações de retenções	2.495.043	2.057.100
Aumento de capital com juros sobre o capital	1.264.848	1.066.930
Baixas de capital por saídas de cooperados	(357.488)	(1.008.933)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	51.785.022	6.125.749
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(2.412.064)	5.703.950
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28.132.303	30.544.367
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30.544.367	24.840.417
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(2.412.064)	5.703.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO
ANUAL

2021

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu – COOPERVAP é uma sociedade cooperativa com sede em Paracatu, Estado de Minas Gerais, e que tem por objetivo principal o estímulo do crescimento do cooperativismo através da atividade principal que é o recebimento e resfriamento de leite de seus associados, bem como a sua industrialização e distribuição no estado e toda federação, o desenvolvimento e a defesa econômica de seus cooperados, desenvolvendo progressivo dos interesses de caráter comum, programas de ação nas seguintes áreas:

- (a) Recebimento e beneficiamento de leite, armazenagem e comercialização de produtos agrícolas dos cooperados principalmente soja, milho e outros;
- (b) Venda de insumos agropecuários, peças, implementos e mercadorias em geral para os cooperados por meio de lojas próprias;
- (c) Venda de produtos de consumo para cooperados e terceiros por meio de supermercado, farmácias veterinárias, postos de combustíveis, drogaria, padaria, açougue, confecções etc.;
- (d) Pesquisa e cooperação técnica nas áreas agropecuária e veterinária;
- (e) Industrialização e fornecimento de ração para pecuária em geral; e

Em 31 de dezembro de 2021 possui 2.729 cooperados (2.647 cooperados em 31 de dezembro de 2020). O atendimento aos seus cooperados é realizado por intermédio da matriz em Paracatu – MG, e pelas unidades localizadas nos municípios de Guarda Mor – MG e Distrito de Vazamor – MG.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando aplicável, para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota nº 3.

2.2 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 24 de maio de 2022 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

A Administração da Cooperativa declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação funcional da Cooperativa. Todas as informações financeiras estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma em notas explicativas.

2.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

2.3.1 Classificação, reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na reversão também é reconhecido no resultado.

2.3.2 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, quando aplicável. O valor justo é o valor no qual o ativo pode ser realizado e o passivo liquidado, entre partes conhecidas, em condições normais de mercado. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são mensurados pelo valor justo na data das demonstrações contábeis e as variações são registradas como sobras ou perdas. Nos exercícios de 2021 e 2020, não foram realizadas operações com derivativos para fins especulativos.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

2.3.4 *Impairment* de ativos financeiros

A Cooperativa avalia no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). As perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda que tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os principais critérios que a Cooperativa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*, são a identificação de dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato ou inadimplência.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração das sobras.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa.

2.5 Contas a receber

As duplicatas a receber de clientes e cooperados correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e prestação de serviços, no curso normal das atividades da Cooperativa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Os valores a receber classificados como não circulante, são títulos com prazo de vencimento e expectativa de recebimento superior a um ano.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa "PECLD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado aos clientes e cooperados, ajustadas a valor presente, aumentadas por juros, e, se necessário, ajustadas pela provisão para *impairment*.

2.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos para a aquisição e produção e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Cooperativa.

O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade de produção normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perdas por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.7 Bens destinados a venda

Estão avaliados pelo custo de aquisição e ajustados quando necessário ao seu valor justo, líquido das despesas de vendas, ou pelo valor líquido contábil, dos dois o menor.

2.8 Investimentos

Os investimentos em sociedades cooperativas são avaliados pelo custo de aquisição, ajustado pelo seu valor justo, uma vez que as práticas contábeis adotadas no Brasil não permitem a avaliação de investimentos em sociedades cooperativas pelo método da equivalência patrimonial. O valor líquido desses investimentos é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O saldo é representado substancialmente pela participação na Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – CEMIL.

2.9 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas ou ajustado ao valor justo ou custo atribuído (*deemed cost*) para os bens das contas de terrenos e edificações e terras de uso e exploração, com base em laudo de peritos independentes.

O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos na demonstração das sobras ou perdas, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outros ingressos operacionais" na demonstração das sobras ou perdas.

A depreciação é calculada e reconhecida no custo e despesa no resultado do exercício, usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada conforme as taxas definidas no laudo dos peritos. As taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa 11.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

2.10 Intangível

Representado por gastos com a aquisição de softwares adquiridos separadamente e marcas e patentes, são reconhecidos pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada com base na vida útil estimável e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração das sobras e perdas durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores e cooperados

As contas a pagar aos fornecedores e cooperados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores e cooperados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente

A Cooperativa, por alinhar um perfil de sociedade sem objetivo de lucro, não tem incidência do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido sobre seu resultado de operações realizadas com cooperados.

O resultado apurado pela Cooperativa com operações realizadas com não-cooperados (atos com terceiros), são tributados pelo imposto de renda e pela contribuição social sobre o lucro líquido com base nas alíquotas vigentes, quando aplicável, utilizando como regime de apuração o lucro real.

2.16 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, caso contrário, são demonstrados como não circulante.

2.17 Capital social

As cotas de capital social de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido, conforme o artigo 140 da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissões, os cooperados tem seu capital devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista e ficam classificados no passivo circulante e não circulante conforme definido a forma de devolução em estatuto e assembleia.

2.18 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.19 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes - são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes - são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais - são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

2.20 Reconhecimento do ingresso/ receita

O ingresso/ receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos no mercado nacional no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/ receita é apresentado líquido dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos juros e dos descontos. A Cooperativa reconhece o ingresso/ receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa, conforme descrição a seguir:

Venda de produtos - a Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra

responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa.

Receita financeira - a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.21 Arrendamentos

Um arrendatário quando relevante, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos entre financeiros ou operacionais.

2.22 Destinações estatutárias e legais

As destinações estatutárias e legais são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Cooperativa ao final do exercício, com base em seu estatuto social. As destinações das sobras à disposição da Assembleia somente são provisionadas na data em que são aprovadas pelos cooperados, em Assembleia Geral Ordinária - AGO.

2.23 Benefício a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é incorrido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.24 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da Assembleia Geral Ordinária, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

2.25 Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Cooperativa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa "impairment" - as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas mediante a aplicação de percentuais estimados de perda sobre cada categoria da carteira de título a receber. Esses títulos a receber são classificados por categorias, considerando, substancialmente, a natureza do título, sua condição de recebimento (vencido ou a vencer) e as garantias existentes, conforme nota explicativa 6.

Perdas estimadas para não realização dos estoques - as perdas estimadas para não realização dos estoques quando aplicável registradas considerando os estoques obsoletos e de movimentação lenta, conforme nota explicativa 7.

Perdas estimadas para não realização dos impostos e contribuições a recuperar - as perdas estimadas para não realização dos impostos e contribuições a recuperar foram constituídas considerando a expectativa de não realização da Administração quanto a recuperabilidade desses créditos, conforme nota explicativa 8.

Provisão para contingências - a provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos, conforme nota explicativa 19.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco da atividade e risco de taxas de juros.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Cooperativa, e está de acordo com as políticas definidas. A Administração da Cooperativa identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros, bem como para áreas específicas, risco de volatilidade do mercado de commodities agrícolas, risco de crédito e uso de instrumentos financeiros.

Risco de crédito - os riscos de crédito são medidos pela presença de situações potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência da falta de realização dos créditos registrados no ativo, normalmente denominados instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados e capital a restituir, estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. O controle desses instrumentos é efetuado através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. É adotada política de negociar com pessoas físicas e jurídicas que detenham capacidade de crédito e de obter garantias suficientes, quando considerado necessário, para mitigar os riscos de perdas financeiras por motivo de inadimplência. Em face aos riscos inerentes a atividade do setor primário a que estão expostos os cooperados existe risco permanente de inadimplência diante da ocorrência de frustrações de safra, no entanto, por conta desse risco, é mantida posição patrimonial e

financeira apropriada para suportar esse tipo de ocorrência, normalmente administrada através de prorrogações dos prazos de vencimento.

Risco de liquidez - o risco de liquidez é medido pela capacidade de cumprir com as obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e principalmente os fluxos de caixa. As principais obrigações concentram-se, em ordem de relevância, com agentes financeiros, fornecedores e os próprios cooperados. O gerenciamento do risco de liquidez considera análise de novos investimentos e a contratação de recursos no mercado financeiro mediante autorização anual da assembleia geral dos associados. Na data base das demonstrações financeiras o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,40 e 1,76, respectivamente, não havendo indicativos de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo.

Risco da atividade - as principais atividades desenvolvidas possuem relação com a produção agrícola do quadro social, operando principalmente com a comercialização de insumos agrícolas e recebimento, limpeza, secagem, classificação, armazenamento e comercialização dessa produção. O principal risco inerente a essa atividade é o fator climático, o qual pode afetar de forma significativa os volumes de produção, com reflexos sobre as projeções orçamentárias de receitas e margens de comercialização e eventualmente, a depender dos compromissos existentes entre as partes, refletir nos riscos de crédito. As políticas governamentais e oscilações na cotação das moedas e preços de commodities também são fatores significativos a serem considerados na análise dos riscos inerentes a atividade.

Risco de taxas de juros - a Cooperativa não possui passivos sujeitos as oscilações relevantes de taxas de juros que possam afetar o nível de endividamento e os resultados. As operações bancárias (financiamentos) estão indexadas a taxas fixas que oscilam na grande maioria, entre 2,50% à 7,00% ao ano.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades comerciais.

Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos da Cooperativa, requeridos para seu constante crescimento e atualização tecnológica, são obtidos das sobras retidas e de recursos captados em linhas de financiamentos de longo prazo.

Os recursos necessários para garantir a liquidez de suas atividades comerciais são obtidos mediante a captação de recursos no mercado financeiro das modalidades crédito rural.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais**

5 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	151.320	514.600
Bancos conta movimento	8.447.654	15.076.576
Aplicações financeiras	19.533.329	14.953.191
	28.132.303	30.544.367

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais**

6 Contas a receber

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Clientes	44.369.361	1.111.991	45.481.352	37.841.436	1.020.200	38.861.636
Cooperados	38.847.878	1.351.109	40.198.987	23.161.497	3.297.936	26.459.433
Repasses a cooperados – conta financiada	-	6.455.181	6.455.181	47.525	6.718.939	6.766.464
(-) Ajuste a valor presente – AVP (i)	(523.227)	(325.307)	(848.534)	(245.433)	-	(245.433)
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (ii)	(4.244.523)	(7.422.831)	(11.667.354)	(4.289.934)	(6.455.181)	(10.745.115)
	78.449.489	1.170.143	79.619.632	56.515.091	4.581.894	61.096.985

(i) Calculado levando em consideração os prazos de vencimento dos títulos. Os juros contidos nesses ativos são descontados com intuito de reconhecê-lo em conformidade com o regime de competência.

(ii) As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos clientes e cooperados, as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação dos consultores jurídicos. As perdas estimadas registradas pela Administração da Cooperativa, são consideradas suficiente para cobrir eventuais perdas com valores de contas a receber.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

7 Estoques

Descrição	2021	2020
Produtos e Mercadorias para revenda	32.932.480	18.891.693
Produtos agrícolas	29.795.197	6.846.833
Produtos agrícolas – terceiros (i)	14.520.645	1.369.503
Matérias-primas	3.727.801	1.858.790
Almoxarifado	3.156.497	2.032.870
Produtos em elaboração	223.312	450.744
Bovinos	448.575	44.477
	84.804.507	31.494.910

(i) O saldo de “Produtos agrícolas – terceiros” refere-se à obrigação quanto aos estoques de terceiros depositados na Cooperativa, cuja contrapartida está registrada na rubrica de “Outros passivos”, conforme nota 17.

A Cooperativa passa pelo processo de finalização da implantação do novo ERP (sistema) com módulo específico de estoque e custo de produção coordenado e integrado à contabilidade. Assim, estão sendo feitas as conciliações dos saldos com os estoques físicos através de rigoroso processo de levantamento e a verificação da valorização do custo médio dos produtos. Ainda nesse processo, está sendo feito o levantamento e aprimoramento da apuração dos créditos tributários de PIS e COFINS, com a integração e parametrização do novo sistema.

A Administração da Cooperativa com a conclusão do processo de levantamento do estoque poderá concluir sobre a necessidade ou não de possível registro de provisão para obsolescência de estoques e para estoques de movimentação lenta.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

8 Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	14.481.870	-	14.481.870	6.473.155	-	6.473.155
ICMS – CIAP (iii)	2.115.413	-	2.115.413	2.028.252	-	2.028.252
PIS (ii)	470.155	4.751.966	5.222.121	745.954	4.751.964	5.497.918
COFINS (ii)	3.729.254	19.007.599	22.736.853	3.453.455	19.238.054	22.691.509
Imposto de renda	626.815	-	626.815	626.815	-	626.815
Contribuição social	197.861	-	197.861	197.861	-	197.861
(-) Provisão para perdas c/ PIS/COFINS crédito extemporâneo (i)	(4.112.248)	(23.759.565)	(27.871.813)	(4.199.409)	(23.990.018)	(28.189.427)
(-) Provisão para perdas c/ ICMS – CIAP (iii)	(2.115.413)	-	(2.115.413)	(2.028.252)	-	(2.028.252)
	15.393.707	-	15.393.707	7.297.831	-	7.297.831

- (i)** Com o advento da Lei 10.865/2004, artigo 21, as sociedades cooperativas agropecuárias foram inseridas na regra de apuração não-cumulativa das contribuições do PIS e da COFINS. A Administração da Cooperativa, devido às dúvidas quanto à realização desses créditos, considerando que a Cooperativa opera substancialmente com atos cooperativos, que não são tributados, decidiu conservadoramente constituir perdas estimadas para não realização no montante total dos créditos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

- (ii) Em 2019, a Cooperativa retificou as obrigações acessórias referente aos exercícios de 2014 a 2018, e em decorrência desse fato, reconheceu nos saldos contábeis, créditos de PIS e COFINS baseado no levantamento feito pelos seus consultores tributários, perfazendo o montante no valor de R\$ 21.055.157. Os créditos apurados estão em consonância com o advento da Lei nº 10.637/2002 artigo 3 e da Lei nº 10.925/2004 artigo 8, que dispõe dos créditos que podem ser descontados na apuração do PIS e da COFINS, destacando, bens e serviços utilizado para consumo, energia elétrica, bens imobilizados, edificações e benfeitorias em imóveis próprios, frete na operação de venda e insumos na produção de mercadorias de origem animal ou vegetal destinada a alimentação humana ou animal.

Ainda, sobre o assunto, houve uma intimação realizada pela Receita Federal do Brasil – RFB, para esclarecimentos sobre o motivo de divergência apresentadas entre os saldos de suas obrigações acessórias declaradas no SPED Contribuições e na Escrituração Contábil Digital (ECD), referente aos exercícios 2015 e 2016. Em 2020, após a fiscalização da Receita Federal do Brasil a Cooperativa reconheceu os valores de tributos de IRPJ e CSLL sobre as receitas dos créditos escriturados desses exercícios mencionados, ainda não tributadas, cujo montante dos tributos foi parcelado e vem sendo recolhido normalmente junto ao fisco, conforme nota explicativa 16.

No exercício de 2019, a Cooperativa, utilizou parte dos créditos no montante de R\$ 950.541, para pagamento de imposto de renda e contribuição social, através dos PER/DCOMP. Em 2020, os créditos foram utilizados para compensação com IRPJ, CSLL, IRRF sobre os juros sobre o capital próprio e INSS no montante total de R\$ 3.309.590. Em 2021 a Cooperativa através dos pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil - RFB, recebeu crédito em conta corrente no montante de R\$ 9.132.563 e fez compensação dos débitos com IRPJ, CSLL, INSS no montante de R\$ 11.277.752, cujos créditos compensados, ainda estão em processo de análise e validação para sua homologação pelo fisco.

Em 2020 a Cooperativa reconheceu os créditos de PIS e COFINS conforme as informações fiscais de suas obrigações acessórias declaradas no SPED Contribuições, referente aos períodos de janeiro de 2019 a dezembro de 2020. No Exercício de 2021, a Cooperativa registrou um complemento de crédito extemporâneo, com base nas informações levantadas por seus consultores tributários. Com o processo de implantação do novo ERP (sistema), a Cooperativa também passou a registrar contabilmente os valores dos créditos sobre as aquisições que ocorreram no exercício de 2021, entretanto por ainda não ter sido concluído o processo de implantação, esses valores ainda precisam passar por escrituração fiscal nas obrigações acessórias e pela revisão para validação dos consultores tributários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

A administração entende que com a finalização do processo de implantação do novo sistema ERP, os créditos tributários passarão a ser reconhecidos no ato das entradas dos itens no estoque, regularizando a valorização dos saldos de estoques e evitando o levantamento paralelo dos referidos créditos.

A Cooperativa através de seus assessores jurídicos busca junto ao fisco o ressarcimento de parte dos créditos, tendo em vista que as operações normais atuais da Cooperativa, com ato com terceiros, não geram débitos suficientes para utilizar os créditos escriturados nas entradas.

- (iii) A Administração da Cooperativa por conta da incerteza quanto a realização dos créditos de ICMS sobre ativo imobilizado (CIAP), decidiu conservadoramente constituir provisão para não realização do saldo até a finalização das análises quanto a expectativa de recuperabilidade desses créditos, bem como a conciliação com os ativos registrados no patrimônio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

9 Outros ativos

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aquisição de mercadorias para recebimento futuro	6.687.625	716.174	7.403.799	456.391	195.846	652.237
Cartões de créditos	3.141.656	-	3.141.656	2.681.979	-	2.681.979
Cheques a receber	2.191.799	-	2.191.799	1.925.927	-	1.925.927
Adiantamentos a colaboradores	176.616	-	176.616	245.543	-	245.543
Cheques devolvidos	147.096	-	147.096	197.183	-	197.183
Adiantamentos a cooperados	-	-	-	472.823	-	472.823
Outros	-	6.678	6.678	-	8.347	8.347
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(673.563)	-	(673.563)	(197.183)	-	(197.183)
	11.671.229	722.852	12.394.081	5.782.663	204.193	5.986.856

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais**

10 Investimentos**a Composição do saldo**

Descrição	2021	2020
Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – CEMIL	17.445.176	26.057.069
Sicoob Crediparnor	662.332	609.847
Cotas de consórcio	76.000	76.000
Sicoob Credivaz	50.524	42.748
Fecoagro	1.000	1.000
Sicoob Sis Br	500	-
Credipatos	500	-
	18.236.032	26.786.664

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

b Movimentação dos investimentos

	CEMIL	Crediparnor	Credivaz	Sicoob Sis Br	Credipatos	Fecoagro	Cotas de consórcio	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	17.899.867	554.645	28.879	-	-	1.000	76.000	18.560.391
Adição	8.157.202	55.202	13.869	-	-	-	-	8.226.273
Saldos em 31 de dezembro de 2020	26.057.069	609.847	42.748	-	-	1.000	76.000	26.786.664
Adição	2.080.384	52.485	7.776	500	500	-	-	2.141.645
Baixa	(10.692.277)	-	-	-	-	-	-	(10.692.277)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.445.176	662.332	50.524	500	500	1.000	76.000	18.236.032

Conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária da CEMIL, foi definido que o resultado negativo no valor de R\$ 10.692.277 apurado em 2021, fosse amortizado com o saldo do capital integralizadas das cooperativas associadas. Em 2020 o resultado positivo no valor de R\$ 6.302.925 foi integralizado ao capital das associadas e assim a Cooperativa reconheceu esse ganho, conforme nota explicativa 27.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

11 Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação			2021	2020
		Custo + AAP*	Depreciação acumulada	Total	Total
Terrenos	-	31.426.195	-	31.426.195	31.426.195
Edificações	De 1,67% até 2,86%	32.044.031	(10.391.552)	21.652.479	20.867.694
Máquinas, equipamentos e instalações	De 6,67% até 10%	42.146.424	(21.784.252)	20.362.172	19.814.654
Veículos	De 10% até 20%	9.617.093	(4.556.833)	5.060.260	4.807.288
Equipamentos de informática	De 50% até 10%	2.106.046	(1.390.503)	715.543	701.376
Móveis e utensílios	De 6,67% até 10%	1.420.462	(688.107)	732.355	399.314
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 3,33% até 4,17%	257.044	(257.044)	-	-
Imobilizado em andamento	-	1.340.617	-	1.340.617	1.918.856
		120.357.912	(39.068.291)	81.289.621	79.935.377

*Custo de aquisição e o ajuste de avaliação patrimonial.

A Administração da Cooperativa contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus imobilizados que emitiu laudo técnico base para os registros contábeis. O resultado do trabalho, apurou um acréscimo no ativo imobilizado que foi registrado em contrapartida do patrimônio líquido na conta de Ajuste de avaliação patrimonial (AAP). A Administração constituiu a provisão dos tributos diferidos proporcional ao percentual que atua com atos não cooperativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

Foi também contemplada no laudo dos peritos independentes, a análise da vida útil remanescente e a determinação dos valores residuais finais dos grupos pertinentes. Portanto, a despesa de depreciação no exercício está ajustada levando em consideração as referidas análises.

A Administração da Cooperativa revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

a Movimentação do imobilizado – custo

Descrição	Saldo				Saldo				Saldo
	1º/1/2020	Aquisições	Baixas	Transferências	2020	Aquisições	Baixas	Transferências	
Terrenos	31.426.195	-	-	-	31.426.195	-	-	-	31.426.195
Edificações	30.212.807	-	-	171.210	30.384.017	-	-	1.660.014	32.044.031
Máquinas, equipamentos e instalações	39.007.013	717.801	(284.828)	-	39.439.986	1.331.624	-	1.374.814	42.146.424
Veículos	8.489.125	816.811	(294.000)	-	9.011.936	735.162	(130.005)	-	9.617.093
Equipamentos de informática	1.494.132	409.936	(3.444)	-	1.900.624	205.422	-	-	2.106.046
Móveis e utensílios	963.871	49.354	(3.928)	-	1.009.297	92.777	-	318.388	1.420.462
Benfeitorias em imóveis de terceiros	257.044	-	-	-	257.044	-	-	-	257.044
Imobilizado em andamento	162.618	1.929.640	(2.192)	(171.210)	1.918.856	2.774.977	-	(3.353.216)	1.340.617
	112.012.805	3.923.542	(588.392)	-	115.347.955	5.139.962	(130.005)	-	120.357.912

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais****b Movimentação da depreciação acumulada**

Descrição	Saldo 1º/1/2020	Adições	Baixas	Saldo 2020	Adições	Baixas	Saldo 2021
Edificações	(8.601.446)	(914.877)	-	(9.516.323)	(875.229)	-	(10.391.552)
Máquinas, equipamentos e instalações	(17.392.244)	(2.400.379)	167.291	(19.625.332)	(2.158.920)	-	(21.784.252)
Veículos	(4.019.167)	(416.415)	230.934	(4.204.648)	(482.190)	130.005	(4.556.833)
Equipamentos de informática	(1.053.560)	(149.132)	3.444	(1.199.248)	(191.255)	-	(1.390.503)
Móveis e utensílios	(541.347)	(72.561)	3.925	(609.983)	(78.124)	-	(688.107)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(257.044)	-	-	(257.044)	-	-	(257.044)
	(31.864.808)	(3.953.364)	405.594	(35.412.578)	(3.785.718)	130.005	(39.068.291)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

12 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxas de juros anuais	Garantias	Vencimento final	2021			2020		
				Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Industrialização	De 2,5% a 5,8%	Aval, estoques e aplicação financeira	Outubro de 2022	65.778.577	-	65.778.577	-	-	-
Capital de giro	4,75% e 100% CDI + 0,19% a.m.	Aval, aplicação financeira e recebíveis cartões de créditos	Julho de 2024	17.895.057	6.678.519	24.573.576	54.410.135	-	54.410.135
Securitização	3% + variação produto	Aval e alienação	Outubro de 2025	2.503.432	8.732.307	11.235.739	512.381	4.559.682	5.072.063
Comercialização	5,60%	Aval e estoque	Junho de 2022	9.741.664	-	9.741.664	-	-	-
Investimento	7,00%	Aval e bens	Fevereiro de 2023	67.767	32.625	100.392	-	-	-
Finame	De 2,5% a 5,1%	Aval e bens	Novembro de 2022	76.207	-	76.207	329.865	3.311.473	3.641.338
				96.062.704	15.443.451	111.506.155	55.252.381	7.871.155	63.123.536

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

13 Fornecedores

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores e prestadores de serviço	<u>22.444.585</u>	<u>11.233.434</u>

O saldo de fornecedores e prestadores de serviço é composto pelos valores a pagar à prestadores de serviço e fornecedores de mercadorias que são disponibilizadas nas unidades da Cooperativa, adquiridos em parte, diretamente dos fabricantes, quando possível e conveniente, para que a Cooperativa possa oferecer as melhores condições de preço e prazo aos seus cooperados.

O saldo de fornecedores apresenta-se líquido do ajuste a valor presente – AVP no montante de R\$ 151.141 que foi calculado levando em consideração os prazos de vencimento dos títulos. Os juros contidos nesses ativos são descontados com intuito de reconhecê-lo em conformidade com o regime de competência.

14 Obrigações com cooperados

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Cooperados – fornecimento de leite	11.864.065	14.761.003
Cooperados – fornecimento diversos	-	288.895
	<u>11.864.065</u>	<u>15.049.898</u>

Substancialmente representado por valores a pagar aos cooperados pela entrega de sua produção à Cooperativa.

O saldo de fornecedores apresenta-se líquido do ajuste a valor presente – AVP no montante de R\$ 43.479 que foi calculado levando em consideração os prazos de vencimento dos títulos. Os juros contidos nesses ativos são descontados com intuito de reconhecê-lo em conformidade com o regime de competência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

15 Salários, férias e obrigações sociais

Descrição	2021	2020
Salários a pagar	966.212	928.929
Honorários	92.746	69.363
INSS	696.604	611.312
FGTS	201.725	185.637
PIS sobre folha	32.028	26.825
Pensão alimentícia	3.340	3.901
Provisão de férias e encargos	2.805.758	2.487.432
Outros	79.697	35.870
	<u>4.878.110</u>	<u>4.349.269</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

16 Obrigações tributárias

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Parcelamento ICMS (i)	1.806.748	7.449.530	9.256.278	1.232.755	7.910.176	9.142.931
Parcelamento IRPJ e CSLL (ii)	421.302	1.088.363	1.509.665	406.326	1.456.000	1.862.326
IRPJ e CSLL	2.053.915	-	2.053.915	1.057.639	-	1.057.639
ICMS	328.559	-	328.559	280.194	-	280.194
INSS Funrural	241.579	-	241.579	273.122	-	273.122
COFINS a recolher	225.359	-	225.359	-	-	-
Pis a recolher	48.641	-	48.641	-	-	-
Outros tributos	324.835	-	324.835	108.079	-	108.079
	5.450.938	8.537.893	13.988.831	3.358.115	9.366.176	12.724.291

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais**

- (i) Em 22 de junho de 2018, foi lavrado o Termo de Autodenúncia nº 05.000294985-21, no valor de R\$ 11.507.205, devido ausência de recolhimento do ICMS operação própria da Cooperativa, em razão de ter efetuado o estorno de crédito apropriado pela aquisição de leite *in-natura*. O parcelamento foi deferido em 120 parcelas mensais e consecutivas. Em 2021 a Cooperativa formalizou quatro Termos de Autodenúncia referente a ICMS ST os quais possuem os seguintes valores e formas de pagamento: dois Termos que juntos totalizam R\$ 350.065 foram deferidos em 12 parcelas mensais, um Termo no montante de R\$ 799.030 deferido em 48 parcelas mensais e um Termo no valor de R\$ 412.544 deferido em 24 parcelas mensais. Todos sendo honrados normalmente.
- (ii) Refere-se a parcelamento junto à Receita Federal do Brasil – RFB relativo a IRPJ e CSLL dos períodos fiscalizados de 2015 e 2016, por conta de reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS, conforme nota explicativa 8, cujo valor foi parcelado e deferido em 60 parcelas mensais e consecutivas as quais estão sendo honradas normalmente.

17 Outros passivos

Descrição	2021	2020
Produtos agrícolas – terceiros	14.520.645	1.369.503
Adiantamentos de clientes	-	610.788
Repasses a convênios	-	163.376
Outras despesas	603.539	304.384
	15.124.184	2.448.051

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Refere-se aos tributos calculados sobre o valor da avaliação pelo custo atribuído (*deemed cost*) dos bens imobilizados com base em laudo de peritos independentes. Foram constituídos considerando as alíquotas vigentes dos tributos, e ainda proporcional ao percentual que a Cooperativa atua com atos não cooperativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

19 Provisão para contingências e depósito judicial

A Cooperativa é parte envolvida em ações tributárias, as quais estão sendo discutidas na esfera judicial. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Cooperativa decidiu com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para a ação e o valor envolvido, cujos assessores jurídicos classificaram como expectativa de perda provável.

Descrição	2021	2020
Civil	843.060	-

A provisão de natureza civil trata-se de execução fiscal FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente que foi constituída com base na expectativa dos assessores jurídicos para as ações cuja perda foi considerada provável.

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face à eventuais perdas que possam advir no futuro.

20 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações, cíveis e trabalhistas nos montantes, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 9.066.871 e R\$ 917.019 (R\$ 8.018.235 e R\$ 501.338 em 2020), respectivamente. A opinião dos consultores jurídicos quanto ao risco de perda no desfecho desses processos até o momento é classificada como possível, mas não provável. Tais ações por natureza e histórico são plenamente passíveis de acordos de menor monta.

Quanto a questões tributárias, acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2021, não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos, com perspectiva de perda provável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em reais

21 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 25% para reserva legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 20% para fundo de desenvolvimento tecnológico, destinada ao suporte a novos projetos, modernização e investimento tecnológico na Cooperativa;
- 25% para reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados, familiares e aos empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa;
- 100% das sobras rateadas oriundas das participações da Cooperativa em outras sociedades;
- A perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados;
- Os resultados positivos das operações com não cooperados (lucro líquido) serão destinados à Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, não podendo ser objeto de rateio entre os associados. Quando negativo, deve ser levado à reserva legal e, se insuficiente sua cobertura, será rateado entre os associados;
- Quando houver sobras no exercício, a Cooperativa calculará juros de 6% ao ano, sobre o capital integralizado do associado;
- Conforme preconiza o Estatuto Social da Cooperativa, os créditos não reclamados, decorridos cinco anos, são revertidos à Reserva legal; e
- Além dessas reservas a Assembleia Geral poderá criar oportunamente outros fundos.

c Ajuste de avaliação patrimonial - AAP

Refere-se ao ajuste de avaliação patrimonial – AAP de bens do ativo imobilizado. A realização do ajuste de avaliação patrimonial (basicamente depreciação e baixa do ativo imobilizado) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO, bem como os respectivos tributos diferidos correspondentes a realização do ajuste de avaliação patrimonial.

d Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e destinações estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto a sua destinação.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruirão dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

Descrição	2021	2020
Sobra/ lucro líquido do exercício	2.978.581	18.105.780
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos	1.481.520	1.565.193
Utilização da RATES	1.168.825	1.290.388
Transferência do resultado de participação em outras sociedades para a reserva legal	-	(6.302.925)
Transferência do resultado das operações com terceiros para o RATES	(3.179.606)	(4.979.327)
Constituição de reservas estatutárias:		
Reserva legal – 25%	(612.330)	(2.419.777)
Fundo de desenvolvimento tecnológico – 20%	(489.864)	(1.935.822)
RATES – 25%	(612.330)	(2.419.777)
Sobras à disposição da Assembleia	734.796	2.903.733

22 Ingresso/ receita operacional líquido

Descrição	2021	2020
Ingresso/ receita bruto		
Vendas de produtos e mercadorias: cooperados	460.758.311	403.444.058
Vendas de produtos, mercadorias: terceiros	102.844.682	75.297.915
Prestação de serviços: cooperados	7.808.581	4.418.439
Prestação de serviços: terceiros	2.854.553	-
	574.266.127	483.160.412
(-) Deduções do ingresso/ receita bruto		
Impostos incidentes sobre vendas	(22.741.254)	(26.365.002)
Devoluções e abatimentos	(2.233.070)	(5.401.199)
	(24.974.324)	(31.766.201)
	549.291.803	451.394.211

23 Dispêndios/ despesas com pessoal

Descrição	2021	2020
Salários e honorários	(11.916.225)	(10.340.164)
INSS	(5.080.405)	(4.094.488)
FGTS	(1.812.995)	(1.262.797)
Férias	(1.620.526)	(1.402.711)
13º salário	(1.132.256)	(975.716)
Auxílio alimentação	(725.429)	(624.944)
Aviso prévio e indenizações	(349.364)	(173.444)
Gratificações e ajuda de custo	(330.666)	(457.051)
Bolsa de estudo e treinamentos	(102.295)	(19.681)
Estagiários	(161.246)	(26.519)
PIS	(146.284)	(127.774)

Descrição	2021	2020
Vale transporte	(102.840)	(80.874)
Medicamentos	(83.231)	(2.307)
Assistência médica	(64.572)	(57.567)
Seguro	(62.699)	(67.314)
Outros	(348.260)	(480.532)
(-) Transferências para custeio	590.488	748.647
	(23.448.805)	(19.445.236)

24 Dispêndios/ despesas administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Prestadores de serviços	(5.373.302)	(3.493.666)
Transporte	(3.752.508)	(4.325.857)
Manutenção	(2.611.607)	(2.085.773)
Depreciação	(1.630.423)	(1.391.082)
Combustíveis e lubrificantes	(1.502.560)	(5.168.098)
Água e esgoto e energia elétrica	(886.201)	(792.013)
Provisão para contingências	(843.060)	-
Refeições e lanches	(663.650)	(357.741)
Aluguéis	(606.644)	(453.840)
Material de conservação	(551.441)	(430.511)
Material de escritório	(500.572)	(260.527)
Indenizações	(388.984)	(10.410)
Seguros	(319.568)	(584.128)
Telefone e internet	(291.260)	(292.786)
Multas	(233.743)	(821.669)
Despesa com consórcios - CCGC	(224.748)	(236.646)
Viagens e estadias	(256.278)	(65.063)
Propaganda e publicidade	(50.000)	(33.267)
Outros	(203.249)	(206.170)
(-) Transferências para custeio	2.509.477	3.239.606
	(18.380.321)	(17.769.641)

25 Dispêndios/ despesas comerciais

Descrição	2021	2020
Fretes	(6.444.055)	(11.318.102)
Prestadores de serviços	(1.533.473)	(619.313)
Perdas de estoques	(1.530.639)	(2.200.312)
Provisão com perdas de créditos de liquidação duvidosa	(1.398.619)	(1.821.095)
Comissões	(830.397)	(380.559)

Descrição	2021	2020
Taxa de cartão	(725.943)	(583.233)
Embalagens	(311.253)	(333.533)
Propaganda e publicidade	(263.230)	(277.295)
Bonificações	(255.718)	(39.826)
Promoções e eventos	(69.816)	-
Outros	(56.415)	(282.177)
	(13.419.558)	(17.855.445)

26 Dispêndios/ despesas tributárias

Descrição	2021	2020
ICMS	(1.261.168)	(1.818.536)
IOF	(410.996)	(116.030)
IPVA	(35.958)	(37.394)
IPTU	(5.970)	(53.674)
CSLL	(3.731)	(260.199)
IRPJ	-	(695.538)
Outros	(352.058)	(407.859)
	(2.069.881)	(3.389.230)

27 Outros ingressos/ dispêndios/ receitas / despesas operacionais, líquidos

Descrição	2021	2020
Receitas diversas e recuperação de créditos (ii)	14.198.565	9.012.763
Resultado com participação em outras sociedades (i)	(10.692.277)	6.233.856
Venda imobilizado	132.000	-
Bonificações	688.504	527.565
Receita de aluguéis	91.762	107.006
Receitas do parque de exposição	60.290	-
Despesas com animais	(279.987)	(394.906)
Outros	(36.677)	442.918
	4.162.180	15.929.202

(i) Refere-se ao resultado com cooperativas investidas, principalmente a CEMIL, nos exercícios de 2021 e 2020 respectivamente, o qual foi deliberado em AGO pela compensação das perdas com o capital social em 2021 e capitalização das sobras em 2020.

(ii) A rubrica receitas diversas e recuperação de crédito refere-se significativamente a crédito de PIS e COFINS recuperados para ressarcimento e compensações de tributos mediante PER/DCOMP, e bonificações recebidas nas operações com a Petrobrás (posto de combustível), recuperação de valores relativos a perdas no leite, resultado líquido de conciliações e outros.

28 Resultado financeiro

Descrição	2021	2020
Ingressos/ receitas financeiras		
Juros incorridos	405.844	1.777.720
Descontos obtidos	246.913	101.140
Rendimentos de aplicações financeiras	638.299	367.395
	1.291.056	2.246.255
Dispêndios/ despesas financeiras		
Juros incorridos	(3.550.567)	(9.838.030)
Descontos concedidos	(771.779)	(240.470)
Ajuste a valor presente	(406.225)	(46.813)
Outros	(739.193)	(227.237)
Juros sobre o capital	(1.327.846)	(1.127.585)
	(6.795.610)	(11.480.135)
Resultado financeiro, líquido	(5.504.554)	(9.233.880)

29 Imposto de renda e contribuição social – correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social dos exercícios compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes de operações com cooperados são isentas destes tributos. As operações com terceiros são tributadas pelas alíquotas vigentes de acordo com a legislação atual.

30 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Conselho de Administração e Fiscal), inclusive executivos.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Natureza da operação	2021			2020		
	Conselho de administração	Conselho fiscal	Total	Conselho de administração	Conselho fiscal	Total
(a) Saldo em 31 de dezembro:						
Ativo						
Contas a receber de cooperados	765.870	45.020	810.890	528.432	16.253	544.685
Passivo						
Obrigações com cooperados	251.450	14.478	265.928	162.873	21.288	184.161
Capital social	628.395	41.115	669.510	537.330	36.262	573.592
(b) Transações no exercício						
Cédula de presença	160.914	101.707	262.621	156.000	98.601	254.601
Remuneração paga	641.925	-	641.925	615.009	-	615.009
Faturamento	6.208.320	340.892	6.549.212	5.671.958	286.248	5.958.206
(c) Produção armazenada						
Grãos	8.056	-	8.056	-	-	-

32 Demonstrações das sobras/ lucros ou perdas/ prejuízos de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com não cooperados apresentadas em atendimento à Lei 5.764/1971 não foram base de auditoria específica de nossos auditores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

	2021			2020		
	Cooperado	Não cooperados	Total	Cooperado	Não cooperados	Total
Ingresso/ receita operacional líquido	446.456.643	102.835.160	549.291.803	377.876.532	73.517.679	451.394.211
Dispêndios/ custos com produtos, mercadorias e serviços vendidos	(398.594.047)	(85.693.489)	(484.287.536)	(319.352.608)	(60.080.057)	(379.432.665)
Sobra/ lucro bruto	47.862.596	17.141.671	65.004.267	58.523.924	13.437.622	71.961.546
(Dispêndios/despesas) ingressos/ receitas operacionais						
Dispêndios/ despesas com pessoal	(19.119.311)	(4.329.494)	(23.448.805)	(16.414.802)	(3.030.434)	(19.445.236)
Dispêndios/ despesas administrativos e gerais	(14.963.569)	(3.416.752)	(18.380.321)	(14.960.652)	(3.036.226)	(17.769.641)
Dispêndios/ despesas comerciais	(10.854.332)	(2.565.226)	(13.419.558)	(15.091.122)	(2.764.323)	(17.855.445)
Dispêndios/ despesas tributárias	(1.681.714)	(388.167)	(2.069.881)	(2.866.262)	(522.968)	(3.389.230)
Outros ingressos/ dispêndios/ receitas/ despesas operacionais, líquidos	3.528.864	633.316	4.162.180	11.538.374	4.390.828	15.929.202
	(43.090.062)	(10.066.323)	(53.156.385)	(37.794.464)	(4.963.123)	(42.530.350)
Sobra/ lucro antes do resultado financeiro	4.772.534	7.075.348	11.847.882	20.729.460	8.474.499	29.431.196
Resultado financeiro						
Ingressos/ receitas financeiras	529.757	761.299	1.291.056	1.896.188	350.067	2.246.255
Dispêndios/ despesas financeiras	(5.503.316)	(1.292.294)	(6.795.610)	(9.499.195)	(1.753.703)	(11.480.135)
	(4.973.559)	(530.995)	(5.504.554)	(7.603.007)	(1.403.636)	(9.233.880)
Sobra/ lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(201.025)	6.544.353	6.343.328	13.126.453	7.070.863	20.197.316
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	-	96.580	96.580	-	345.637	345.637
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	(3.461.327)	(3.461.327)	-	(2.437.173)	(2.437.173)
Sobra/ lucro líquido do exercício	(201.025)	3.179.606	2.978.581	13.126.453	4.979.327	18.105.780

Observação: A movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperativo é definida contabilmente como ingressos e dispêndios. Aquela originada do ato não cooperativo é definida como receitas, custos e despesas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais**

33 Produção agrícola armazenada

A Cooperativa possui em seus armazéns produção agrícola de propriedade de cooperados para futura comercialização dos seguintes produtos:

Produto	Unidade	2021		2020	
		Quantidade	Valorização	Quantidade	Valorização
Soja	Kg	7.387.222	19.699.259	94.078	211.676
Milho	Kg	5.076.709	7.615.064	397.240	472.716
Arroz	Kg	292.610	512.068	987.230	1.915.226

As quantidades apresentadas acima estão valorizadas para fins de apresentação, pelos preços médios de mercado nas datas base.

A Cooperativa é responsável pela guarda dos estoques, sendo os serviços prestados remunerados pela taxa de armazenagem.



VALDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente



ALTINO JOSÉ SEVERINO SILVA
Vice-Presidente



JULIANA DA SILVA MARQUES
Contadora Responsável
CRC-MG 125094/O



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – COOPERVAP
Paracatu MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – Coopervap (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – Coopervap em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Estoques

Conforme nota explicativa 7, a Cooperativa está finalizando o processo de implantação do novo sistema operacional ERP o qual contempla o módulo para o controle de estoque e custo de produção, e passa por levantamento físico dos estoques, bem como, revisão e conciliação para a adequada apuração dos créditos de PIS e COFINS, em especial, sobre seus estoques de produtos adquiridos para produção e revenda. Em 31 de dezembro de 2021, devido os processos estarem em andamento não foi possível obtermos evidências suficientes para quantificação e valorização dos possíveis efeitos sobre o saldo dos estoques, bem como, não foi possível determinar os seus reflexos no resultado do exercício e efeitos tributários.



PIS/ COFINS

Conforme nota explicativa 8, a Cooperativa possui créditos escriturados de PIS e COFINS no montante de R\$ 27.871.813, sobre o qual conservadoramente foram constituídas perdas estimadas para não realização no montante total. Os créditos passam por processo de levantamento e conciliação, os valores registrados durante o exercício de 2021, ainda passarão pela verificação dos consultores tributários para validação e escrituração fiscal nas obrigações assessorias. As apurações das bases de cálculo desses tributos sobre o faturamento para recolhimento no exercício de 2021 ainda serão concluídas e retificadas. Os saldos de créditos já escriturados e revisados pelos consultores, os quais parte estão sob a apreciação da Receita Federal do Brasil, já estão sendo compensados com tributos federais. Diante do estágio do processo de apuração e conciliação desses créditos e débitos não foi possível concluirmos sobre os saldos dos créditos e débitos de PIS e COFINS apresentados na data base de 31 de dezembro de 2021 e seus reflexos no resultado e reflexos tributários na base de cálculo do IRPJ e CSLL.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Valores do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós, cujo relatório de auditoria, datado de 24 de março de 2021, continha modificação quanto ao não recebimento de correspondências denominadas circularização de assessores jurídicos e instituições financeiras, à ausência de evidência e quantificação dos efeitos dos créditos de PIS e COFINS sobre os estoques e seus reflexos e à ausência do registro da provisão de IRPJ e CSLL sobre o reconhecimento dos créditos tributários de PIS e COFINS.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a



data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 24 de maio de 2022.



InoveAud Auditores Independentes
CRC 2SP033908/O-3

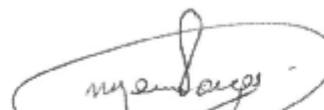
Júlio César de Souza Nunes
Contador CRC 1SP186234/O-2

**COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE DO PARACATU LTDA.****"PARECER DO CONSELHO FISCAL"**

Nós, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda, examinamos as demonstrações contábeis, encerradas em 31/12/2021 compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrações do Resultado do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa – Método Indireto e Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras, onde o Ativo e Passivo apresentam o saldo de R\$322.680.838,00 (trezentos e vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta mil, oitocentos e trinta e oito reais) e as sobras à disposição da A.G.O que apresentam o valor de R\$734.796,00 (setecentos e trinta e quatro mil, setecentos e noventa e seis reais). O Exame inclui entre outras atividades, visitas às unidades da Coopervap, conferência de estoques, caixa e do movimento bancário. Com base nas verificações efetuadas e no Parecer da Auditoria Independente, somos de opinião que as demonstrações contábeis, refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes a situação financeira, econômica e patrimonial da Coopervap em 31/12/2021, com ressalvas nos **Estoques**, devido a Cooperativa estar finalizando os processos de implantação do novo sistema Gerencial e Contábil - ERP, o qual contempla o modo para controle de estoque e custos de produção e passa por levantamento físico de estoques, bem como revisão e conciliação para adequação e apuração dos créditos de PIS e COFINS, razão pela qual recomendamos sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 28/05/2022.

Paracatu, 26 de maio de 2022.


Antônio Eustáquio de Almeida


Paulo Ribeiro de M. Filho


Rômulo César Pinto Babelo

(o original encontra-se em poder da Cooperativa)

PLANO DE ATIVIDADES 2022

- ✓ CONTINUAR SEGUINDO OS PROTOCOLOS DE SEGURANÇA CONTRA A COVID-19;
 - ✓ AMPLIAR E MELHORAR AS MUDANÇAS IMPLANTADAS COM O NOVO SISTEMA DE INFORMÁTICA;
 - ✓ CONTINUAR TREINANDO E CAPACITANDO OS COLABORADORES NA UTILIZAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE INFORMÁTICA, VISANDO A MELHORIA DO ATENDIMENTO AOS ASSOCIADOS E CLIENTES.

 - CONTINUAR E AMPLIAR A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA OS PRODUTORES COM DIFICULDADES NA GESTÃO DOS SEUS NEGÓCIOS, ATRAVÉS DE PARCERIAS COM A EMBRAPA, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA(MAPA), SENAR, SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS, EMATER. DAR CONTINUIDADE AO FOMENTO DE PROJETOS COMO BALDE CHEIO, EDUCAMPO E MAIS LEITE COOPERVAP.
 - ✓ APRIMORAR OS CONTROLES INTERNOS E REDUÇÃO DE DESPESAS.
 - ✓ DAR CONTINUIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO;
 - ✓ CONCLUIR A CONSTRUÇÃO DA NOVA FÁBRICA DE RAÇÕES.
 - ✓ MELHORAR A LOGÍSTICA DE CAPTAÇÃO DE LEITE E ENTREGA DE RAÇÕES;
 - ✓ CONSTRUIR UM LAVADOR EXCLUSIVO PARA OS CAMINHÕES DA CAPTAÇÃO DE LEITE;
 - ✓ CONSTRUÇÃO DE MAIS 04 SILOS PARA ARMAZENAGEM DE GRÃOS NA UNIDADE ENTRE RIBEIROS (UAER);
 - ✓ MELHORAR O LAYOUT DO SUPERMERCADO: TROCA DE GÔNDOLAS E PISO.
-

COOPERVAP

  @coopervap